

## Gêneros textuais como ferramenta para o ensino da língua

Fernando Moreno da Silva  
moreno@uenp.edu.br  
Universidade Estadual do Norte do Paraná

### Resumo

O presente artigo pretende discutir a questão dos gêneros textuais como inovação para o ensino da língua portuguesa a partir das sugestões dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), referencial que norteia o ensino de língua. O trabalho apresenta a origem dos estudos dos gêneros a partir do conceito de “gêneros discursivos” de Mikhail Bakhtin e do estudo de Luiz Antônio Marcushi sobre tipos e gêneros textuais. Apropriando-se desses conceitos, observa-se a importância dos gêneros para o ensino da leitura e da produção textual, temas que precisam de um melhor tratamento para desenvolver no aluno sua competência comunicativa.

Palavras-chave: Ensino. Gêneros textuais. Tipos textuais.

### Introdução

Nos últimos anos, um assunto que tem recebido muita atenção no campo da educação no Brasil são os gêneros textuais. Isso passou a ocorrer de forma incisiva depois da publicação, na década de 1990, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), referencial para a educação no Ensino Fundamental em todo o país, que passou a adotar o texto como ferramenta e o gênero como objeto de ensino de Língua Portuguesa.

Deixando de lado as críticas que porventura poderiam ser feitas a essa postura, é preciso ressaltar que o documento busca trazer alternativas para amenizar as dificuldades dos alunos em relação à escrita e à leitura como habilidades essenciais no tocante ao domínio do idioma.

É pensando nos gêneros textuais como ferramenta de ensino do idioma que o presente artigo pretende discutir a relação entre gêneros e ensino, pois, conforme afirma Jane Quintiliano Guimarães Silva (2002, p. 197), o que se deve ensinar na escola são gêneros que correspondam a atividades discursivas reais e concretas que o sujeito pratica no universo social em que está inserido. São essas práticas de escrita, com uso e funções diferentes, que devem constituir o objeto de aprendizagem de língua na escola. Daí a importância do estudo dos gêneros textuais.

### Preocupação antiga

Embora tenha se intensificado seu estudo nos últimos anos, o tema dos gêneros textuais é antigo. O assunto é debatido desde a Antiguidade, com Platão e Aristóteles. No teatro grego, havia a oposição entre tragédia e comédia; na literatura, a clássica distinção entre poesia e prosa ou a distinção entre lírico, épico e dramático; na Retórica Antiga, a tríade de discursos de Aristóteles: deliberativo, judiciário e epidíctico.

Na linguística não poderia ser diferente. Diferentes correntes reconhecem a importância de

se estabelecer uma classificação das manifestações linguísticas para melhor compreender os princípios que subjazem à organização textual. A riqueza das abordagens é variada: as tipologias sociointeracionistas de Bakhtin; as tipologias funcionais, desenvolvidas por Roman Jakobson; as tipologias enunciativas originadas a partir de Émile Benveniste; as tipologias cognitivas de Jean Michel Adam; as tipologias de Luiz Carlos Travaglia; e as tipologias de Luiz Antônio Marcuschi.

Na discussão sobre as linguagens sincréticas, citando as contribuições do semiótico Jean-Marie Floch, [responsável pela reformulação do conceito de “sincretismo” no segundo tomo do “*Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*” (GREIMAS e COURTÉS, 1986)] sobre o problema da tipologia das linguagens que a pluralidade de manifestação implica, José Luis Fiorin (2009, p. 33-34) diz:

Não existe qualquer consenso para estabelecer essa tipologia: alguns levam em conta a natureza do signo determinada a partir de sua relação com o referente e, assim, classificam as linguagens em icônicas, indiciais e simbólicas; outros consideram os canais sensoriais de sua transmissão e, assim, dividem as linguagens em visuais, táteis, olfativas, auditivas e gustativas; outros ainda se fundamentam na substância dos significantes e, portanto, distribuem as linguagens em sonoras verbais, sonoras não verbais, gestuais, etc. Outros, como Hjelmslev, levam em conta o grau de cientificidade e sobretudo o número de planos dessas semióticas.

Em virtude dessa tradição, muitos são os autores que abordam o tema, fazendo com que entre eles haja uma clivagem terminológica. Por isso, muitos termos e definições surgiram para tentar melhor organizar tais tipologias: gêneros discursivos, gêneros textuais, tipos de discurso, tipos textuais, espécies de discursos, espécies de textos, modos de organização textual etc.

Certamente que essas nuances acabam provocando confusões, quer pela restrição, quer pela amplitude da abordagem. Por esta razão, esse artigo partirá daquele que foi um dos fundadores dessa abordagem na modernidade, Mikhail Bakhtin, tratando de uma tipologia de caráter sociointeracionista, chamada “gêneros discursivos”.

## **Gêneros discursivos em Bakhtin**

O linguista russo Mikhail Bakhtin defende o caráter social da linguagem, considerando o enunciado como o produto da interação social, entendido como um elo de uma cadeia, estando sempre ligado aos discursos que o precedem e aos que o sucedem. “O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997, p. 316).

Todo discurso tem como traço essencial o endereçamento a um destinatário. Além de o outro determinar meu discurso, é ele também quem forma o meu discurso. Por isso, aquele a quem me dirijo determina o conteúdo, a forma e o estilo do que vou dizer. Aqui estabeleço as características básicas daquilo que Bakhtin (1997) chama de “tipos relativamente estáveis de enunciados”: os gêneros discursivos. São, portanto, três os parâmetros para se definir um gênero discursivo: conteúdo temático, estilo verbal e a construção composicional (estrutura).

Os gêneros do discurso são, portanto, diferentes formas de uso da linguagem que variam de acordo com os diferentes contextos de atividade do homem. Em cada situação, os falantes utilizam a língua por meio de um gênero, que norteia a produção dos enunciados. Apropriar-se da língua é sempre estar dentro de um determinado gênero. Assim, estudar os gêneros discursivos na perspectiva de Bakhtin é pensar a linguagem como interação social.

Apesar de a riqueza e variedade dos gêneros serem infinitas, é possível dividi-los essencialmente em dois tipos, um simples e outro complexo:

a) gêneros primários: comunicação verbal espontânea, dentro da esfera cotidiana da linguagem. Exemplo: fala;

b) gêneros secundários: pertencem à comunicação cultural mais evoluída, sobretudo escrita, absorvendo e transformando os primários. Nesse sentido, os gêneros primários funcionam como base para criação dos gêneros secundários. Exemplo: romance, teatro, discurso científico.

Além das obras de Bakhtin, o presente artigo discutirá também a de outros autores que abordam os gêneros, assunto do próximo item.

## Tipos textuais e gêneros discursivos

Luiz Antônio Marchuschi (2002, 2004) discute a diferença entre tipos textuais e gêneros discursivos. Gêneros textuais, segundo Marchuschi (2002, p. 22) são realizações linguísticas concretas, materializadas pelos textos, abrangendo um conjunto ilimitado: sermão, romance, cartas, e-mail, resenha, edital de concurso, aula, piada, reportagem, bula de remédio, etc. Silva (1999, p. 105) afirma que um texto sempre se manifesta por um gênero textual:

Os gêneros são formas de funcionamento da língua que construímos e atualizamos na forma de texto, é toda e qualquer manifestação concreta do discurso produzida pelo sujeito em uma dada esfera social do uso da linguagem. São fenômenos contextualmente situados, (re)conhecidos por nós empiricamente. Ou seja, sabemos o que é uma carta, um bilhete, uma piada etc – na medida em que convivemos com essas formas de interlocução em nossa sociedade.

É pertinente frisar que aquilo que Marchuschi chama de “gêneros textuais” corresponde ao que Bakhtin chamou de “gêneros do discurso”.

Já os tipos textuais são uma espécie de construção definida pela natureza linguística da composição ou pelas propriedades intrínsecas. Não são textos concretos, mas sequências linguísticas típicas que funcionam como norteadoras. Retomando novamente Silva (1999, p. 101), resumimos que “os tipos textuais são modos enunciativos de organização/atualização do discurso no texto efetivados por operações textual-discursivas, construídas pelo locutor em função de sua atitude discursiva em relação ao seu objeto de dizer e ao seu interlocutor”.

Ao contrário dos gêneros textuais, que são de manifestações infinitas, os tipos textuais abrangem um conjunto limitado de cinco tipos: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

a) narração: quando a essência é narrar, ou seja, contar fatos;

b) argumentação: quando se pretende discutir um assunto ou ideia, defendendo pontos de vista, como nos textos opinativos;

c) exposição: quando se expõem fatos para transmitir um campo do saber, como nos textos científicos;

d) descrição: para caracterização de objetos;

e) injunção: quando há o caráter de ordem ou imposição de algo ao receptor, como na bula de remédio ou no edital de um concurso.

Embora se coloque, de um lado, tipos textuais e, de outro, gêneros textuais, na prática o que ocorre é uma relação entre eles, como veremos a seguir.

## Instabilidade e heterogeneidade

Por se constituir em uso concreto da língua, o gênero está sujeito a variações e a mudanças, a exemplo da língua. Em vez de homogeneidade, quando se fala em gêneros textuais (orais ou escritos) há sempre heterogeneidade, pois são muitas e variadas as suas formas. Assim, um gênero não é uma forma fixa ou definitiva. Novos gêneros surgem. Tudo depende do contexto em que é usado, estando intimamente ligado à relação entre falantes e ouvintes.

Mas as transformações pelas quais passam os gêneros são sempre com base em outros gêneros já existentes. Não surgem do nada, sempre estão ancorados em formas antigas. O próprio Bakhtin (1997) previu essa transformação na assimilação de um gênero por outro. Marcuschi (2002) cita dois casos que ilustram como os novos gêneros surgem sobre velhas bases: a conversa face a face originou o telefonema; o e-mail, por sua vez, estabeleceu-se sobre os gêneros “carta” e “bilhete”, por exemplo.

Como se vê, mudanças sociais podem provocar o surgimento de novos gêneros. O avanço tecnológico, sobretudo com a internet, trouxe inovações: *blog*, *chat*, *orkut*, *second life*, *e-mail*, *facebook*, *twitter* etc.

Essa heterogeneidade corrobora a definição de Bakhtin quando diz que os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados, afinal, sobre eles agem duas forças, ameaçando constantemente sua estabilidade: forças de concentração (atuando na fixação) e forças de expansão (na transformação).

Para Brandão (2004), a heterogeneidade e a instabilidade evidenciam a dimensão intertextual dos gêneros, quando um texto pode citar ou fazer alusão a outros textos, gerando relações intragenéricas e intergenéricas.

A relação intragenérica (relações dentro do mesmo gênero) ocorre quando um texto estabelece relação com outro texto pertencente ao mesmo gênero. Exemplo: um poema cita outro poema. Já na relação intergenérica (relação entre gêneros diferentes), um texto de um determinado gênero dialoga com outro texto pertencente a outro gênero distinto. Exemplo: Uma crônica jornalística se estrutura como um poema.

Marcuschi (2002), ao se referir à instabilidade dos tipos e gêneros textuais, utiliza as expressões “heterogeneidade tipológica” e “intertextualidade intergêneros”.

A heterogeneidade tipológica (vários tipos textuais) ocorre quando um mesmo gênero textual é tipologicamente variado, contendo vários tipos textuais. Exemplo: uma carta (gênero) com descrição, argumentação, narração (tipos).

O conceito de intertextualidade intergêneros é sinônimo de relação intergenérica, ou seja, relação entre gêneros diferentes, quando um incorpora ou assume função de outro, como no exemplo anteriormente dado: uma crônica jornalística (um gênero) se estrutura como um poema (outro gênero).

Dá-se o nome de “domínio discursivo” à esfera dentro da qual os gêneros se realizam. Cada domínio discursivo (jurídico, religioso, político, jornalístico etc.) se caracteriza por seus gêneros próprios. No domínio religioso, por exemplo, há novenas, ladainhas, hino etc. No jornalístico, notícia, crônica, artigo etc.

## Gêneros textuais e ensino

Para compreender por qual razão o gênero textual é hoje foco de discussão no sistema educacional, é importante descrever o percurso do ensino do idioma e a inclusão dos gêneros na disciplina de Língua Portuguesa.

Até o século XIX, a língua era ensinada por três disciplinas: Gramática, Retórica e Poética. Em meados desse mesmo século, essas três disciplinas foram unidas, surgindo a disciplina que hoje se denomina “Língua Portuguesa”.

A partir de 1950, mudanças começaram a ocorrer nessa disciplina, influenciadas pelas condições sociais e culturais. A primeira foi a inclusão do estudo do texto. Anteriormente, a gramática era vista apenas até o nível frasal. Com o foco no texto, a gramática passa a ser enfatizada na construção global do texto. Mas ainda imperava a gramática sobre o texto.

Na década de 1970, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a disciplina de Língua Portuguesa passou por outra mudança. As ideias das teorias da comunicação incluíram na língua a concepção de instrumento de comunicação, fazendo com que a disciplina fosse pensada de forma mais pragmática, voltada ao uso.

Logo em seguida, na década de 1980, a disciplina passou a receber contribuições da linguística. Na universidade, colocando o ensino da língua na berlinda, a discussão girou em torno de duas propostas: (i) ensino renovado da gramática, pautado na linguística; (ii) e a busca de um novo objeto de ensino, mais prático, refletindo sobre o uso da língua.

Pelos menos em teoria, as propostas de ensino do poder público têm adotado a segunda proposta, buscando substituir o ensino de uma teoria gramatical por um novo objeto de ensino, a prática da leitura e da produção textual nas modalidades oral e escrita.

Mas não basta tomar o texto como unidade de ensino se não utilizá-lo como um meio de interação e se não se considerarem as condições sociais de interação. Foi diante dessa necessidade que ganha espaço, nos anos 1990, a importância dos gêneros textuais como objeto de ensino da língua, sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

Toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva. Um dos aspectos da competência discursiva é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita [...]. Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou àquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino. (BRASIL, 1998, p. 23)

No trecho extraído dos PCNs e citado acima há um equívoco<sup>3</sup> quando diz “competência discursiva”. Na verdade, a competência à qual o texto se refere é a “competência comunicativa”, ou seja, saber adaptar a língua à situação de uso.

3 Há, guardadas as devidas proporções, cinco competências: 1) Competência linguística: conhecer a estrutura do idioma (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica) e seu léxico; 2) Competência discursiva: reconhecer estruturas narrativas (transformação de estados), discursivas (tematização e figurativização) e mecanismos que sustentam um discurso, como argumentação, figuras de pensamentos etc.; 3) Competência textual: saber o suporte no qual o discurso será veiculado: criação em meios audiovisuais, arte pictórica, linguagem fílmica ou textualização em língua natural (caráter linear dos significantes); 4) competência intertextual: identificar a heterogeneidade discursiva; 5) Competência comunicativa: saber escolher a variedade linguística a ser usada conforme o interlocutor, o espaço e o momento.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes que norteiam os currículos e os conteúdos de Língua Portuguesa, distribuídos em dois eixos: (i) usos de linguagem e (ii) reflexão sobre a língua e a linguagem.

É no eixo “usos de linguagem” que os gêneros textuais entram como objeto de ensino-aprendizagem da língua materna para aproximar a prática escolar do uso real da língua em sociedade.

Como se sabe, são várias as críticas que se lançam contra o ensino tradicional da língua, que se restringe na maioria das vezes ao ensino da gramática normativa. Em vez de habilitar o aluno ao uso da língua nas diversas situações de comunicação, desenvolvendo nele a competência comunicativa, a escola obriga-o a decorar uma extensa terminologia vazia e um manual de regras totalmente descontextualizado, sem preocupação alguma com o uso efetivo da linguagem.

É pensando nesse contexto ultrapassado que o emprego dos gêneros ganha importância, afinal, o contato com os textos da vida cotidiana, como publicidades, textos de jornal, HQs, piadas, blogs, anotações diversas, enfim, os mais variados formatos, estimula a capacidade de leitura e de construção de textos.

Isso faz com que se parta do pressuposto de que quanto maior o contato do aluno com os diferentes tipos de textos, oriundos dos diversos domínios discursivos (esportivo, literário, musical, jornalístico, científico etc.), maior será sua capacidade de refletir sobre os mecanismos linguísticos e extralinguísticos que estão presentes no processo comunicativo.

Mas para que todas essas sugestões tenham êxito ou que sejam postas em práticas é necessário que a escola faça sua parte. Ela deve apostar na nova metodologia e estimular o trabalho dos professores para que o aluno possa conhecer gêneros que normalmente são rechaçados pela escola na experiência cotidiana do aluno.

É preciso destacar, no entanto, que o trabalho com os gêneros deve estar vinculado a um objetivo. Simplesmente mostrar não é o suficiente. O aluno precisa saber refletir sobre o contexto de uso de cada gênero, pois, como afirma Marcuschi (2002, p. 20), eles “[...] se caracterizam muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais”.

Uma dica para contextualizar o aluno na situação de produção de um gênero: pode ser feito, por exemplo, uso dos gêneros jornalísticos, simulando uma redação de jornal. O professor distribui entre os alunos as funções de jornalistas, como repórter, revisor, editor etc., e estipula tempo para fechamento das matérias.

Outra dica é trabalhar com gêneros textuais em ambiente digital. Como se sabe, a comunicação mediada por computador e por todos os recursos digitais está cada vez mais presente na vida cotidiana das pessoas. Portanto, é um fenômeno irreversível, que tem mudado os comportamentos e, conseqüentemente, a cultura. No livro *Geração digital*, Don Tapscott (1999) demonstrou que os jovens vêm construindo um novo modo de aprender com o advento da internet. Caracterizados pela independência e pela autonomia, os jovens buscam as fontes de informação, tornando-se mais dinâmicos e participativos. Por isso, os processos de ensino e de aprendizagem devem se adaptar a essa nova realidade, indo ao encontro desse novo jeito de aprender. Apesar de toda proliferação da internet, a exclusão digital ainda é grande, daí a necessidade de promover o letramento digital. De que forma? Criando condições para que o aluno possa se envolver com a linguagem multimodal do ambiente digital, enfim, pôr o aluno em contato com gêneros que estão cada vez mais presentes na comunicação mediada por

computador.

Trabalhar com gêneros textuais é um bom exercício para o aluno. Esse trabalho exige dele, basicamente, duas ações: a primeira é a escolha do gênero a usar conforme a situação e a intenção comunicativa; a segunda consiste na possibilidade de, a partir de formas já existentes, criar novas formas de textos para a constante transformação, ou seja, produzir relações intragenéricas e intergenéricas.

## Considerações finais

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de incluir no ensino da língua os gêneros textuais, vem ao encontro das necessidades do aluno no que diz respeito às habilidades de leitura e de escrita. Com esse novo caráter, considerando-se o texto como unidade de ensino e os gêneros textuais como objetos de ensino, o professor poderá desenvolver a competência comunicativa do aluno, ao ensinar-lhe as várias possibilidades de uso da linguagem, não ficando apenas com o ensino arcaico da gramática, descontextualizado e cheio de terminologias sem sentido para o aprendiz.

Além do professor, a escola tem um papel fundamental. O processo de ensino e de aprendizagem deve se adaptar à realidade social, fazendo da língua um instrumento útil e de grande significado na vida dos futuros cidadãos que a escola forma. Se a escola não se preocupa em seguir as tendências, a educação acaba se tornando algo desinteressante e desgastante para o aluno.

Assim, somente a união de esforços da escola e do professor pode ampliar o universo de conhecimento dos alunos, levando-o não apenas a entender o funcionamento mas também a produzir novas modalidades discursivas, seja no âmbito oral, seja no âmbito escrito.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Fratesch Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992. 196 p.

\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 421 p.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Gêneros do discurso: unidade e diversidade*. Revista Polifonia, Cuiabá: Editora UFMT, n.8, p.1-18, 2004.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.*

FIORIN, José Luiz. *Para uma definição das linguagens sincréticas*. In.: OLIVEIRA, Ana Claudia de; TEIXEIRA, Lucia (Org.). *Linguagens na comunicação: desenvolvimentos de semiótica sincrética*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009, p. 15-40.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, tomo 2. Paris: Hachette, 1986. 454 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *“Gêneros textuais: definição e funcionalidade”*. In.: DIONÍSIO, Angela Paiva et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (Org.). Hipertexto e gêneros digitais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. 195 p.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. Gênero discursivo e tipo textual. In.: Scripta. Belo Horizonte: PUC-Minas, vol. 1, n. 1, p. 87-106, 1999.

\_\_\_\_\_. Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos. 2002. 209 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

TAPSCOTT, Don. Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da geração Net. São Paulo: Macron Books, 1999. 321 p.